

A revista *Argumento* (Brasil, 1973-1974) e o *vazio cheio* intelectual nacional

Cairo de Souza Barbosa*

Resumo: O ano de 1964 representou um marco, um corte definitivo na história brasileira. A ditadura civil-militar, dando prosseguimento ao projeto de aprofundamento da ordem capitalista no país, manteve a forma de intervenção política presente em outros momentos: o Estado de exceção, isto é, a supressão de direitos civis fundamentais, além de uma aliança entre burguesia, capital multinacional e associado e dispositivos militares, levando à frente um projeto de modernização conservadora. Entretanto, no campo das artes e da produção intelectual em geral, um "*vazio cheio*" se fez presente, em alguns casos em franca reação à censura. Aqui é ressaltado o papel da Revista *Argumento*, um periódico publicado entre 1973 e 1974, que serviu como campo de elaboração teórica e busca por soluções coletivas para os problemas postos, denotando o teor crítico e fecundo de parte da produção intelectual da época.

Palavras-Chave: ditadura-civil militar; *Argumento*; intelectuais; "*vazio cheio*"

No ano de 1971, o jornalista Zuenir Ventura publicou um artigo na revista *Visão* no qual procurava discutir a possível crise da produção artística e intelectual no país desde a outorga do Ato Institucional n.5 (AI-5), em dezembro de 1968. Em meio à ditadura civil-militar que assolava o país, ele descreve um possível "*vazio cultural*" presente no seio da produção cultural nacional. A reação de uma parcela do público leitor foi clara: um grande incômodo, a partir do qual se ergueu uma defesa da vitalidade da nova e ainda invisível produção cultural do Brasil de então. Ventura então optou por escrever um novo artigo, em 1973, também publicado na *Visão*, no qual rebatizava o suposto vácuo/vazio com a expressão "*vazio cheio*"¹,

* Cairo de Souza Barbosa: Graduado no curso de História na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). E-mail: cairosbarbosa@gmail.com

1 Os artigos publicados por Zuenir na revista *Visão*: "O vazio cultural", de julho de 1971, e "A falta de ar", de agosto de 1973, estão reproduzidos em GASPARI, Elio. *Cultura em Trânsito: da repressão à abertura*. Rio de

representando, de forma geral, uma reelaboração, em um tom qualitativo, sobre o estado da arte da produção intelectual e cultural, tendo em vista a germinação cultural – apenas no âmbito poético, os quatro números do *Jornal de Poesia*, encartados no *Jornal do Brasil*, e o evento da *Expoesia I*, na PUC-RJ, ambos em 1973, revelavam a existência de um vasto surto de produção poética em todo o Brasil –, ao lado da importância de um público relativamente amplo, um sistema de produção cultural que não se desmontaria sem graves efeitos econômicos, as buscas de saída para os impasses da criação².

Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo mostrar, a partir da *Revista Argumento* (1973, 1974), uma das facetas da produção crítica nacional/transnacional que se movia, no campo intelectual, em oposição à ditadura e, conseqüentemente, ao aprofundamento da modernização conservadora e à existência de um regime/Estado de exceção no Brasil³. Para isso, é necessário pensar como a *Revista*, a partir da ideia de uma reflexão conjunta entre intelectuais brasileiros e não-brasileiros, se tornou um lugar importante para o registro e a elaboração de algumas problemáticas nacionais e latino-americanas, pautando também a busca de possíveis soluções coletivas para os problemas postos à época. Deste modo, e em consonância ao tom colocado por Zuenir, a hipótese é de que a *Argumento* corrobora a tese do *vazio cheio* da produção intelectual e cultural nacional nos anos 1970.

Revista *Argumento*: terreno de elaboração intelectual e resistência

A *Revista Argumento* foi um periódico publicado por apenas quatro números, entre Outubro de 1973 e Fevereiro de 1974, contendo, dentre outras coisas, ensaios, resenhas,

Janeiro, *Aeroplano*, 2000.

2 VIEIRA, Beatriz de Moraes. “As ciladas do trauma: considerações sobre história e poesia nos anos 1970”. In: Teles, EDSON; SAFATLE, Vladimir. (Org.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 151-176.

3 O conceito é fruto do debate posto por AGAMBEN, Giorgio. *Estado de Exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004. Para uma discussão relacionada à ordem desse trabalho: Cf. VIEIRA, Beatriz de Moraes. *Sem Argumento: um projeto intelectual quase esquecido* (*Revista Argumento*, Brasil, 1973). *História* (São Paulo. Online), v. 35, p. 1-21, 2016.

A revista *Argumento* (Brasil, 1973-1974) e o *vazio cheio* intelectual nacional

informes, entrevistas, poemas e depoimentos. Sob a Direção geral de Barbosa Lima Sobrinho (jurista, jornalista e político brasileiro), circulou por bancas de jornal nas principais cidades do país, com uma tiragem inicial de cinco mil exemplares⁴. O Conselho Consultivo era composto por nomes como Erico Veríssimo, Florestan Fernandes, Paulo Duarte, Sérgio Buarque de Holanda, Simão Mathias (Brasil); Aníbal Pinto, Octávio Paz, Torcuato Di Tella (América Latina); Alberto Hirschman, Brian Von Arkadie, Dudley Sears (Europa e EUA). Na Comissão de Redação, atuavam Anatol Rosenfeld, Antônio Cândido de Mello e Souza, Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Correa Weffort, Leôncio Martins Rodrigues, Luciano Martins, Paulo Emílio Salles Gomes.

A Revista foi palco da exposição de textos, que, posteriormente, se tornaram clássicos do pensamento brasileiro e latino-americano. Podemos subdividi-la internamente em quatro grandes blocos, a saber: política, economia internacional (mundo), economia nacional e cultura. Seus artigos falavam do cenário político e econômico da época, da conjuntura internacional, do estado do cinema, do subdesenvolvimento e das representações construídas pela literatura, por exemplo. A organização se dava em torno dos conselhos consultivo e comissão de redação, sendo também amparada por responsáveis pela iconografia, publicidade e estruturação física da revista, demonstrando certa complexidade editorial. Seu último número não chegou a circular por conta da censura da ditadura civil-militar brasileira, em um momento em que a América Latina passava por importantes mudanças nas relações entre liberdades individuais, direitos políticos e civis a partir da implementação dos regimes políticos autoritários⁵.

Seu nome, *Argumento*, e seu slogan central, "Contra fatos há argumento", representam sua opção por se lançar ao público como um instrumento de (contra)argumentação com relação aos "fatos" apresentados pelo regime, ou seja, a Revista deveria representar um local

4 Informações obtidas a partir de entrevista, realizada no dia 08 de dezembro de 2014, com Marcus Gasparian, filho do responsável editorial e mantenedor da Revista *Argumento*, Fernando Gasparian.

5 É importante ressaltar que nos anos de 1970, década que abrigou parte da produção que aqui é analisada, Argentina, Peru, Uruguai, Chile, dentre outros países, também viviam sob a égide de ditaduras.

onde o intelectual pudesse se (re)enraizar para conceber seus pensamentos, em um diálogo claro com a discussão presente em *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, que procura pensar como o intelectual brasileiro foi sempre desenraizado/exilado em sua própria terra natal. Com forte apelo ao engajamento político, às questões ligadas ao regime ditatorial, à percepção do subdesenvolvimento, da dependência e das demais noções que permeavam as críticas à condição do Brasil, suas discussões valorizavam “a análise que buscasse o contexto, o todo, e, nesse sentido, recusava a arte não-engajada (...) e a neutralidade comum à época, e, ao mesmo tempo, proclamava sua morte” (COTA, 2001, 33). Vejamos um trecho do editorial de abertura da Revista.

A natureza social tem horror ao vácuo cultural e tende a preenchê-lo de uma forma ou de outra. Uma das formas de fazê-lo é utilizando a dependência, a acomodação, o arrivismo.

A nossa pretende ser a outra forma, a que se definirá no percurso de nosso grupo. Este é vário na idade e na posição, mas que unifica no entendimento em um veículo novo para o que há de vivo, independente na circunstância cultural brasileira; e um ponto de encontro com o pensamento de outras terras notadamente as do continente.

Contra fato há argumento. [*Argumento*, ano 1, n.1, outubro 1973]

Na parte supracitada, a discussão é claramente em torno da situação da cultura brasileira, que, para os intelectuais da Revista, deveria ser analisada em uma perspectiva independente, de confrontação indireta, por palavras, letras e versos. Por isso, conclamam a todos a definirem o caminho a ser seguido nas páginas da *Argumento*: em uma visão latino-americana, a missão era debater as mazelas da vida social sem perder de vista as circunstâncias nas quais cada texto estava sendo escrito. Em outro trecho:

os obstáculos que eventualmente encontraremos e os estímulos que recebemos serão igualmente indicativos da utilidade de nossa função. Muito intelectual brasileiro foi arrancado de seu mundo e é preciso que encontre um terreno onde possa novamente se enraizar. A limitação de nosso campo poderá ainda ser restringida, *mas sempre haverá um papel a ser cumprido pelo intelectual que resolva sair da perplexidade e se recusar a cair no desespero.*

Nascemos sem ilusões e não está em nosso programa nutri-las. A independência custa caro e não encoraja as subvenções. Não temos

A revista *Argumento* (Brasil, 1973-1974) e o *vazio cheio* intelectual nacional

propriamente o que vender, mas nos achamos em condições de propor um espaço de lucidez. Esta não é artigo de luxo ou de consumo mas em qualquer tempo é alimento indispensável pelo menos para alguns. Sua raridade é, aliás, sempre provisória; tudo o que a lucidez revela tende a se transformar em óbvio.

Contra fato há argumento. [*Argumento*, ano 1, n.1, outubro 1973]

Eis um terreno privilegiado para o registro das “dores sociais” peculiares às realidades brasileira e latino-americana, registro esse que se dava de modo especial, pelo avesso, na forma de crítica e resistência, pois que toda elaboração intelectual é representação de uma realidade que, às vezes, como no caso da ditadura civil-militar brasileira, se pretende efêmera e é fugidia, capaz de desfazer memórias e lembranças deixando, antes, sequelas indelévels. O editorial da Revista, portanto, nas palavras de Maria Lucia de Barros Camargo (2004), representa uma espécie de declaração de princípios, na qual ela é definida, de um lado, como o espaço de atuação para intelectuais expurgados pela ditadura de seus espaços institucionais, algo como um espaço “compensatório”, mas também um ato de resistência ao próprio expurgo; e, de outro lado, a revista se define como um “outro” modo de preencher o “vácuo cultural”, o que supõe preenchimento, não-vácuo. Ela surge, portanto, como forma de resistência em um momento de forte repressão. (CAMARGO, 2004: 906)

Esse momento da história brasileira, os anos 1970, década que marcou fortemente a convergência entre política, cultura, vida pública e privada, foi absolutamente impactante do ponto de vista intelectual. Marcelo Ridenti (2001) diz que tais características podem ser observadas em sociedades que adentram definitivamente na modernidade urbana capitalista - conforme pensamento de Perry Anderson - onde há a interseção de uma ordem dominante, de caráter “semi-aristocrático”, e uma economia capitalista semi-industrializada e um movimento operário insurgente. Isto significa dizer que o modernismo brasileiro (em termos mais amplos, um ensaísmo que fazia uma crítica à modernização do país) caracterizava-se por alguns fatores: primeiro, pela resistência ao academicismo nas artes, indissociável de aspectos pré-capitalistas na cultura e na política, em que as classes aristocráticas e latifundiárias dariam o tom; segundo, pela emergência de novas invenções industriais de

impacto na vida cotidiana, geradora de esperanças libertárias no avanço tecnológico; e, por último, pela proximidade imaginativa da revolução social, fosse ela mais “genuína e radicalmente capitalista” ou socialista. (RIDENTI, 2001: 04). Contudo, havia um lado sombrio dessa marcha. Naquele momento, estava a todo vapor um projeto de conjunção de múltiplos projetos: por um lado, o aprofundamento de um processo de modernização conservadora; por outro, a imposição de um Estado de exceção.

Modernização conservadora e Estado de Exceção

De acordo com Francisco de Oliveira (1988), após 1930, com o advento da chamada “revolução burguesa não clássica”⁶ – posto que não houve ruptura com a estrutura agrária anterior e o processo foi levado à frente pelo Estado, a sociedade brasileira viu emergir um período que acelerou o processo de industrialização do país, passando, anos depois, por sua consolidação estrutural, fechando, no período conhecido como milagre econômico (1968-1974), o ciclo da modernização capitalista nacional do século XX. A entrada do Brasil na “modernidade capitalista” atendeu a um caminho calcado, basicamente, naquilo que entende como uma dialética interna do uso do setor “moderno” do país com relação ao setor “atrasado”, isto é, a existência de dois polos, um dinâmico e um atrasado, onde o caminho se dá em retroalimentação entre eles. Assim, a originalidade nacional está no fato de que “a expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo” (OLIVEIRA, 1988: 36), configurando uma relação não apenas desigual, mas combinada⁷.

6 Em termos gerais, a leitura de Francisco de Oliveira aponta para os processos de revolução burguesa pós-Revolução Francesa, mas que, diferentemente do “originário”, não foram levados a cabo graças a guerras ou enfrentamentos mais amplos, ou seja, sem a violência como sistemática de enfrentamento.

7 Para um melhor aprofundamento sobre a questão, Cf. LÖWY, Michael. *A teoria do desenvolvimento desigual e combinado*. Outubro, n. 1, 1998, p. 73-80

Ao contestar a tese cepalina⁸ de “substituição de importações”, Francisco de Oliveira procura mostrar como o desenvolvimento brasileiro se deu através da possibilidade de acumulação de capital, salientando os seguintes fatores: a regulação das leis de relação entre trabalho e capital; a intervenção do Estado na economia; o papel da agricultura; a formação do setor industrial; e o inchaço do setor terciário como modo de acumulação do espaço urbano. Assim, o desenvolvimento capitalista pós 30 e o processo de acumulação, estendido até 1950, podem ser entendidos como o período de “destruição” das antigas bases da acumulação que se assentavam na extroversão, ao passo que, simultaneamente, se criavam condições para um desenvolvimento endógeno, dentre as quais está a força de trabalho assalariada industrial, forjada sob o predomínio do pacto populista, permitindo, igualmente, a estabilização de um dos fatores essenciais para pôr em marcha o processo de expansão urbano-capitalista (OLIVEIRA, 1988: 38),

Observou-se, por isso, a intensificação da expansão capitalista e o aprofundamento de suas contradições – no Governo Kubitschek e, sobretudo, na economia pós-1964. Ou seja, as redefinições ocorridas sob o regime civil-militar não caracterizavam uma revolução econômica burguesa, pois indicavam muito mais a continuidade de processos de contrarrevolução (como a dependência externa, a concentração de renda e a reprodução das relações de subordinação política e pessoal no campo, entre outros). Pode-se falar, conquanto, em uma “modernização conservadora”, que representa um programa dirigido, que, décadas antes, se ancorou na conjunção entre elites agrárias e seu interesse na agroexportação e as elites industriais, que eram responsáveis por garantir o baixo custo da força de trabalho através do controle político, sobretudo através do sindicalismo. A proposição era clara: modernizava-se, mas sem conceder uma liberdade real (DOMINGUES, 2002: 478).

8 A CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) é um órgão criado em 1948 pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas cujo objetivo é incentivar a cooperação econômica entre os seus membros. Reunindo grandes nomes do pensamento desenvolvimentista latino-americano, postulava especialmente a ideia de que a industrialização era o principal caminho para superação do subdesenvolvimento dos países da América Latina.

Contudo, a própria modernização parecia ter feito emergir uma nova gama de subjetividades contrárias às próprias distorções desse processo, como nos fala Demian Bezerra (2013) sobre a crise orgânica pré-64, quando se fortaleceu a ação política da classe trabalhadora brasileira. A ditadura tinha um caráter contrarrevolucionário preventivo, cujo objetivo era completar, via medidas autoritárias e antipopulares, o modelo econômico brasileiro iniciado na grande crise do capitalismo mundial dos anos 1930. Esse processo intensivo de industrialização e urbanização contribuiu para a construção e para o desenvolvimento das relações sociais burguesas em um país periférico, delineando o quadro do processo de “modernização” econômica levado à frente pela ditadura do qual, segundo a leitura de Marildo Menegat, desdobram-se as relações sociais marcadas por violência, por frieza tipicamente burguesa, por diversas formas de perversidade, afetando profundamente a construção de subjetividades, levando à configuração de um quadro social que se pode chamar de barbárie (MENEGAT, 2008). Fica evidente, portanto, que uma das faces mais cruéis da ditadura se liga diretamente a este avanço capitalista que permeou as mudanças e continuidades nas estruturas econômica e social do país.

Em alguns artigos da Revista *Argumento*⁹ isso é bastante analisado a partir de uma forma social “mais acabada”, qual seja, a violência do regime instaurado em 1964, período em que se denota que “o projeto repressivo baseado numa ‘operação limpeza’ violenta e longeva estava presente desde os primeiros momentos do golpe”, em que “o AI-5 foi o amadurecimento de um processo que se iniciara muito antes, e não uma decorrência dos episódios de 1968, diferentemente da tese que sustenta a metáfora do ‘golpe dentro do golpe’” (FICO, 2004: 34). Esse “corte” de 1964, na leitura de Paulo Arantes (2014), representa uma ruptura irreversível, isto é, uma quebra do padrão evolutivo no qual as elites acreditavam se encontrar. Citando Edson Teles, ele diz que

a ditadura por assim dizer localizou o *topos* indecível da exceção, a um tempo dentro e fora do ordenamento jurídico, tanto na sala de tortura quanto

9 Destacam-se, neste mote, os textos “Literatura e subdesenvolvimento”, de Antonio Candido; “O mito do desenvolvimento”, de Celso Furtado; “Cinema: trajetória e subdesenvolvimento”, de Paulo Emílio Sales Gomes; e “Reforma Universitária e mudança social”, de Florestan Fernandes.

A revista *Argumento* (Brasil, 1973-1974) e o *vazio cheio* intelectual nacional

no desaparecimento forçado, marcado também, este último, por uma espécie de não lugar absoluto. Esses os dois pilares de uma sociedade do desaparecimento. A Era da Impunidade que irrompeu desde então pode ser uma evidencia de que essa tecnologia de poder e governo não pode mais ser desinventada. Seja como for, algo se rompeu para sempre quando a brutalidade rotineira da dominação, pontuada pela compulsão da caserna, foi repentinamente substituída pelo Terror de Estado delinquente de proporções inauditas (ARANTES, 2014: 284).

Aprofundava-se um conjunto de transformação das relações entre liberdades individuais, direitos políticos e civis, algo estendido à quase totalidade dos países da América Latina. As chamadas ditaduras de Segurança Nacional implementavam o Terror de Estado, isto é, uma operacionalidade estatal que imputava, ao mesmo tempo, modalidades repressivas legais e ilegais, dentre as quais se destacavam o uso de tortura e os desaparecimentos. No caso da América do Sul, foi criada uma complexa rede de transmissão de novas técnicas e formação de novos especialistas - a chamada Operação Condor - capazes de realizarem as tarefas repressivas em “comum acordo” em cada país do continente, ainda que se “respeitasse”, de algum modo, as especificidades locais. Assim,

ao legitimar uma maior desigualdade social, produto de uma lógica econômica cada vez mais injusta e excludente, o Estado (dos países do cone sul assolados por ditaduras) precisou eliminar o espaço político onde o contraditório, no interior da democracia burguesa, poderia aflorar (PADRÓS, 2005: 114).

A esse momento corresponde a noção de “estado de sítio”, no qual uma comunidade política, utilizando-se do discurso do medo à desordem pública, é temporariamente submetida à existência de um regime jurídico excepcional, ao passo que se “conferem poderes extraordinários às autoridades governamentais, ao mesmo tempo em que se restringem ou suspendem as liberdades públicas e certas garantias constitucionais” (ARANTES, 2007: 155). Assim, autoriza-se a suspensão da legalidade. Em outros termos, passa a vigorar um “estado de exceção”, no qual uma medida “ilegal” – posto que não é um dispositivo prévio constitucional – em nome da “ordem” ou da situação de emergência, que passa a ser perfeitamente “jurídica e constitucional” ao se calcar na criação de novas normas ou em uma nova ordem jurídica baseada na noção de restrição de direitos legais. Ou seja, há

um deslocamento de uma medida provisória e excepcional para uma técnica de governo, que transpõe um patamar de indeterminação entre democracia e soberania absoluta, entre legal e ilegal, entre jurídico e extrajurídico. Esta estratégia, com o tempo e o uso reiterado por parte dos Estados modernos e contemporâneos, espalhou mundo a fora, sobretudo na América Latina, a possibilidade de intervenção em nome da “liberdade”. Segundo Giorgio Agamben, “As medidas excepcionais encontram-se na situação paradoxal de medidas jurídicas que não podem ser compreendidas no plano do direito, e o estado de exceção apresenta-se como forma legal daquilo que não pode ser legal”¹⁰. O autor explica que o estado de exceção é um vazio de direito porque é um espaço anômico, onde se configura uma indistinção que denota o paradoxo da soberania: a exceção como regra. Em suma,

o estado de exceção é, nesse sentido, a abertura de um espaço em que aplicação e norma mostram sua separação e em que uma pura força-de-lei realiza (isto é, aplica desaplicando) uma norma cuja aplicação foi suspensa. Desse modo, a união impossível entre norma e realidade, e consequente constituição do âmbito da norma, é operada sob a forma de exceção, isto é, pelo pressuposto de sua relação. Isso significa que, para aplicar uma norma, é necessário, em última análise, suspender sua aplicação, produzir uma exceção. Em todos os casos, o estado de exceção marca um patamar onde lógica e práxis se indeterminam e onde uma pura violência sem logos pretende realizar um enunciado sem nenhuma referência real. (AGAMBEN, 2004: 63).

Desdobra-se disso que, à época, uma palavra era muito utilizada para dar sentido à experiência violenta que se vivia: perplexidade. Um exemplo claro, inclusive, encontra-se no próprio editorial da revista aqui analisada. Sinônimo de irresolução, tal condição corresponde a uma afetação do corpo e da mente que dificulta a produção de sentidos por parte de um corpo individual ou coletivo.

Em outras palavras, quando o “centro-complexo” é atravessado, sua cadeia de sentidos é desestabilizada e desviada, configurando um processo social de desencadeamento e dificuldade de dispor da própria vida. Esta afetação do plexo pode explicar que os sinônimos de perplexidade girem em torno das ideias de indecisão, hesitação e ambiguidade, sob as quais se ocultam as noções de falta de diretriz e desequilíbrio. Nessa experiência dolorosa e

10 AGAMBEN, Giorgio. *Estado de Exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004, p 12.

A revista *Argumento* (Brasil, 1973-1974) e o *vazio cheio* intelectual nacional

problemática da ditadura, na qual traumas se evidenciam na falta de recursos interpretativos, analíticos e mesmo imagísticos etc (VIEIRA, 2013: 58)

A *Argumento* como *vazio cheio*: o papel da crítica intelectual

Não é de espantar que se encontre com frequência a palavra “crise” nos textos da época que tentavam analisar os acontecimentos contemporâneos. Todavia, é a noção de “perplexidade” que mais chama a atenção, por se apresentar logo no editorial de abertura da Revista. Frente a essa experiência dolorosa sobrava “a angústia de existir cerceado política e culturalmente, bem como a tensão de ‘viver na corda bamba’, entre a impotência cimentada pelo Estado e o desejo pulsante de agir no e sobre o mundo” (VIEIRA, 2006: 2). Mais do que isso,

a dificuldade de se compreender e definir o que se vivia e sofria, de resto comum para quem está imerso em seu momento histórico, tornava-se particularmente densa perante os disfarces ideológicos do governo e seu grupo de apoio, as artimanhas jurídicas e eleitorais, os discursos invertidos (como defender os Atos Institucionais que suprimiam direitos políticos em nome da “democracia”), além dos prazerosos efeitos imediatos do “milagre econômico” (cuja crise se desdobrou posteriormente por duas décadas, senão até hoje), e de uma certa incapacidade por parte de setores menos intelectualizados e politizados da população de sequer imaginar o horror que passava nos “porões” da ditadura (VIEIRA, 2013: 57).

Ao anunciar que se pretendia como meio de resistência ao processo vigente, a Revista *Argumento* era, também, lugar de elaboração destas dores sociais, de fuga desta perplexidade que congelava e “imobilizava”. Segundo Maria Lucia de Barros Camargo (2004), há resistência quando em um processo histórico enfrentam-se dois ou mais códigos, um dos quais é hegemônico e se identifica com a razão, a verdade, a universalidade, a lei e o centro, e põe o outro fora da lei e da razão. O menor, o subalterno, o outro, está excluído dos canais políticos e de enfrentamento e, na impossibilidade de ocupar o poder, deve sobreviver na lei dominante, que conhece mas não reconhece, e apela a um tipo de produção significativa que consiste na construção de duplicidades e divisões: cada voz une os dois códigos, o do outro e o próprio, e constrói a máscara de uma aliança de subordinação, mas os códigos não

convergem nem se complementam segundo a figura da aliança, mas se contradizem e se negam entre si (Ludmer *apud* Maria Lucia, 2004: 196).

Por isso, a *Argumento* enquanto lugar de elaboração intelectual mostra que

o “vazio cultural” estava repleto de questões, criações tateantes, indagações sobre ruínas do que havia sido e o que poderia vir a ser. Tratava-se de um “vazio cheio”, como admitiu o próprio Zuenir no artigo de 1973, numa boa imagem para explicar a metáfora asmática da “falta de ar”: o mal-estar advém de um excesso mal processado, e não de uma ausência propriamente (VIEIRA, 2004: 05)

À colocação de Zuenir Ventura podemos associar, portanto, o papel que exerceu a *Argumento*, aqui considerada um espaço de relutância à aceitação da censura e oposição à ditadura. Isto é, a metáfora do *vazio cheio* é fundamental para entender como se apresentava uma conjuntura onde a produção intelectual era absolutamente assoberbada pela via da exceção e da modernização conservadora. A grande sapiência do termo, nesse sentido, é que ele procura demonstrar que quantitativamente a produção não era pequena¹¹; por outro lado, tratava-se de uma produção acalorada, tentando se engajar, mas que sofria com as impossibilidades e limites impostos pela ditadura, isto é, uma tentativa de, na ação, buscar saídas para a perplexidade do “corte de 1964”. Assim,

a sensação de um contexto asfixiante radica na combinação de uma esfera política autoritária-repressiva com um processo de consolidação do capital monopolista e da ordem burguesa correspondente, resultando no estreitamento do modo de existência à vida privada, mas uma vida privada que também é crescentemente atingida por dinamismos danificadores das relações humanas (VIEIRA, 2010: 161)

A Revista *Argumento*, portanto, servia como um instrumento intelectual que ia a contrapelo¹² desse processo de aprofundamento do modo de existência privado, pautando, o

11 Pode-se ressaltar, dentre outras coisas, a MPB, a poesia marginal, a música, a expansão da televisão, o teatro crítico, a poesia etc.

12 Em referência a Walter Benjamin, que propõe uma contraposição à versão oficial da história, contando a tradição dos oprimidos, na luta contra o ‘progresso inevitável das coisas’. Cf. LOWY, MICHAEL. Uma leitura das teses “Sobre o conceito de História” de Walter Benjamin. In: Walter Benjamin: aviso de incêndio. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005. e BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994

quanto mais, a formação de sentidos coletivos capazes de dar conta de mais uma camada da constante experiência dolorosa brasileira. Seja no âmbito cultural, político ou econômico, o papel cumprido pela publicação, à época, era o de servir como suporte material às ideias enclausuradas no seio da sociedade civil e da produção intelectual. Mas não somente isso: pelo folego e pela densidade da Revista, fica clara a tentativa de uma virada no cenário político do país através da circulação de ideias e leituras possíveis sobre a realidade nacional e latino-americana. Em suma, como disse José Arthur Giannotti em um dos artigos publicados na última edição, “se a hora é de tomada de consciência, cabe tomá-la a partir da situação peculiar em que nos encontramos, notadamente de nossas próprias condições de trabalho”¹³. Foi assim que a *Argumento* serviu como importante veículo de “contra-opinião” aos “fatos” apresentados pela narrativa oficial da ditadura civil-militar.

Referências Bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de Exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.

ARANTES, Paulo. *Extinção*. 1º ed. São Paulo: Boitempo, 2007. v.1. 315p.

_____. *O novo tempo do mundo*. 1ª. ed. São Paulo: Boitempo, 2014. v. 1. 460p.

BENJAMIN, Walter. “Sobre o conceito de história”. In: _____. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994

CAMARGO, Maria Lucia de Barros. “Resistência e crítica. Revistas culturais brasileiras nos tempos da ditadura”. *Revista Iberoamericana*, Pittsburgh, v. LXX, n.208-209, p. 891-913, 2004.

COTA, Débora. “‘Argumento’: literatura, crítica e cultura de resistência”. *Boletim de Pesquisa NELIC*, Florianópolis - SC, v. 5, p. 31-37, 2001.

DOMINGUES, José Maurício. “A dialética da modernização conservadora e a nova história do Brasil”. *Dados - Revista de Ciências Sociais*; volume 45, número 3, páginas 459-482. 2002.

FICO, Carlos. “Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 24, n.47, p. 29-60, 2004.

13 GIANNOTTI, José Arthur. O contexto e os intelectuais. *Argumento*, n. 4, fev. 1974.

GASPARI, Elio. *Cultura em Trânsito: da repressão à abertura*. Rio de Janeiro, Aeroplano, 2000.

GIANNOTTI, José Arthur. "O contexto e os intelectuais". *Argumento*, n. 4, fev. 1974.

LÖWY, Michael. "A teoria do desenvolvimento desigual e combinado". *Outubro*, n. 1, 1998, p. 73-80

LOWY, Michael. "Uma leitura das teses "Sobre o conceito de História" de Walter Benjamin". In: *Walter Benjamin: aviso de incêndio*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005

MELO, Demian Bezerra de. Crise orgânica e ação política dos trabalhadores: a primeira greve nacional da classe trabalhadora brasileira (1962). Tese de Doutorado em História – PPGH-UFF, Niterói, 2013.

MENEGAT, Marildo. "Sem lenço nem aceno de deus: formação de massas em tempo de barbárie, como a esquerda social pode enfrentar esta questão?". *Praia Vermelha (UFRJ)*, v. 18, p. 146-177, 2008.

OLIVEIRA, Francisco de. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. Petrópolis, Vozes/Cebrap, 1988.

PADRÓS, Enrique Serra. Como el Uruguay no hay: terror de Estado e segurança nacional Uruguai (1968-1985): do pachecato à ditadura civil-militar. Tese de Doutorado em História – PPGH-UFRGS, Porto Alegre, 2005.

RIDENTI, Marcelo. Cultura e política: enterrar os anos 60?. *Anais da ANPOCS*: 2001.

VIEIRA, Beatriz de Moraes. *A Palavra Perplexa: experiência histórica e poesia no Brasil nos anos 1970*. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 2011.

VIEIRA, Beatriz de Moraes. As ciladas do trauma: considerações sobre história e poesia nos anos 1970. In: Teles, EDSON; SAFATLE, Vladimir. (Org.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. 1º ed, São Paulo: Boitempo, 2010, p. 151-176.

VIEIRA, Beatriz de Moraes. "Sem Argumento: um projeto intelectual quase esquecido (Revista Argumento, Brasil, 1973)". *História* (São Paulo. Online), v. 35, p. 1-21, 2016.

_____. "As ciladas do trauma: considerações sobre história e poesia nos anos 1970". In: Teles, Edson; Safatle, Vladimir. (Org.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. 1ed.São Paulo: Boitempo, 2010, v. , p. 151-176.

_____. "Milagre, vazio, asfixia, chumbo: para ler a experiência histórica no Brasil nos anos 1968-1974". In: XI Encontro Regional de História/ANPUH-RJ, 2004, Rio de Janeiro. Democracia e Conflito. *Anais do XI Encontro Regional de História/ANPUH-RJ*. Rio de Janeiro: ANPUH-RJ, 2004. p. 153-153.

A revista *Argumento* (Brasil, 1973-1974) e o *vazio cheio* intelectual nacional

_____; BARBOSA, Cairo de Souza. "Nuances e Perplexidades: observações históricas e historiográficas sobre o período ditatorial (anos 1960-80) e seus desdobramentos". *Maracanan*, v. 0, p. 68-78, 2014.